

A DELAÇÃO DA ODEBRECHT

Congresso quer reforma para garantir reeleição

A Temer e ao presidente do TSE, cúpula do Legislativo propõe lista fechada e novo fundo

Igor Gadelha
Isadora Peron / BRASÍLIA

Temendo os efeitos negativos da Operação Lava Jato sobre as eleições de 2018, a cúpula do Congresso quer aprovar uma proposta que privilegia a reeleição dos atuais deputados e dificulta a renovação de nomes na Casa. O objetivo é garantir a manutenção do foro privilegiado dos parlamentares em meio ao avanço da investigação da Lava Jato. Sem o foro, as apurações que hoje tramitam no Supremo Tribunal Federal poderiam passar a ser conduzidas na primeira instância, inclusive pelo juiz Sérgio Moro.

A proposta dos presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é aprovar uma reforma política que altere o sistema eleitoral para que os deputados passem a ser eleitos por meio da chamada lista fechada. A medida – que não teria efeito no caso dos senadores, cuja eleição é majoritária – foi discutida durante reunião com o presidente Michel Temer e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, ontem no Palácio do Planalto.

No encontro, eles também trataram de um novo modelo de fi-

nanciamento de campanha. A ideia é criar um “fundo eleitoral”, abastecido com recursos públicos do Tesouro, para bancar campanhas. “O financiamento de pessoa jurídica volta no Brasil? Não. Nós temos cultura de financiamento de pessoa física? Não. Vamos ter que caminhar para o financiamento público. Democracia precisa de dinheiro”, disse Maia após a reunião.

Gilmar ressaltou porém que o novo modelo de financiamento só pode ser alterado se houver mudança no sistema eleitoral. “Não adianta nada falar de criar um sistema público de financiamento com o sistema que temos hoje de lista aberta.”

Segundo técnicos do TSE, o sistema de votação por lista fechada reduziria os custos de campanha, pois a propaganda política deixa de ser individualizada e passa a ser do partido. Apesar de promover a reunião no Planalto e apoiar a discussão, Temer reiterou que cabe ao Congresso analisar a questão e não pretende patrocinar nenhum tipo de proposta.

Lista fechada. Pelo sistema proposto, o eleitor vota no partido, que define previamente os candidatos que serão eleitos em ordem de prioridade. Hoje, o eleitor vota direto no candida-



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO

Encontro. Eunício, Temer, Gilmar e Maia se reuniram no Palácio do Planalto para discutir temas da reforma política

*** CENÁRIO:** *Caio Junqueira*

Voto em lista fechada favorece investigados

O novo modelo de sistema eleitoral defendido pelas cúpulas do Planalto, Congresso e do TSE se soma às iniciativas que o mundo político tem buscado desde o ano passado para neutralizar os efeitos da Operação Lava Jato. O motivo é que, se prosperar, o voto em lista fechada tende, na prática, a garantir foro privilegiado a muitos investigados e, consequentemente, um processo penal com o já conhecido ritmo lento de condução pelo STF.

Pelo sistema, as cúpulas partidárias têm a prerrogativa de indicar quem serão os candidatos nas eleições proporcionais. Fechada a lista, o eleitor vota apenas no número do partido. A legenda que tiver mais votos terá os integrantes que ocupam as primeiras posições de suas listas eleitos.

O problema é que a Lava Jato tem como principais alvos justamente integrantes

dos comandos dos partidos que seriam hoje os responsáveis por elaborar a lista a ser submetida aos eleitores. Basta verificar quem preside essas legendas. No PMDB, o senador Romero Jucá (RR) conduziria a elaboração da lista, assim como o senador Aécio Neves (MG) no PSDB; o senador Ciro Nogueira (PI) no PP; e o ministro Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia) no PSD. No PT, o presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva seria o mediador dos conflitos pelos postos mais altos da sigla.

Assim, como as eleições para o Congresso em 2018 caminham para ser aquela com a menor taxa de reeleição desde a redemocratização, a solução do voto em lista aparece agora como ideal na medida em que permitirá aos próprios investigados selecionarem a relação que será escolhida pelo eleitor. A manobra fica mais evidente com a inclusão da cláusula de preferência para que os atuais parlamentares ocupem as primeiras posições dela, o que praticamente barra a entrada nas eleições dos hoje temidos novatos e outsiders da política.

lecer que os atuais deputados sejam ordenados na futura lista de acordo com o número de votos que obtiveram em 2014.

No entanto, há resistência de alguns parlamentares. O líder do PT, Carlos Zarattini (SP), disse que o partido sempre apoiou o sistema de lista fechada, mas fez críticas à ideia de dar prioridade para os atuais parlamentares. “Acho difícil passar, é uma coisa que vai levar a uma indignação pública”, afirmou.

Inconstitucional. Um dos decanos da Câmara, em seu 11.º mandato, Miro Teixeira (Rede-RJ) disse que a prioridade na lista para os atuais deputados é inconstitucional. Ele lembrou que, em 2002, o STF indicou essa inconstitucionalidade, ao suspender dispositivo de lei eleitoral que permitia a chamada candidatura nata, ou seja, o direito de detentores de mandato de deputado ou vereador de terem assegurado o registro de suas candidaturas à reeleição. “Ela fere o princípio da igualdade na disputa”, afirmou Miro. “Todo mundo sempre se preocupa em se reeleger. Mas, dessa vez, acrescenta-se a questão de tentar manter o foro.”

O líder do DEM, Efraim Filho (PB), disse preferir o sistema em que o eleitor vota no candidato.

*** DEBATE**

É o momento para o Congresso levar adiante uma reforma política?

José Álvaro Moisés

Sim

A reforma política é uma urgência no Brasil. O modelo de financiamento de campanhas eleitorais vigente até há pouco alimentou a corrupção, degradou o sistema político e desequilibrou a competição eleitoral. Agora, sob impacto das revelações da Lava Jato, a urgência se atualiza. O momento é adequado para a reforma? Ela não será feita sob a égide do instinto de autodefesa dos citados nas delações?

O risco é evidente. As articulações apressadas

dos presidentes da República, do TSE, do Senado e da Câmara, simultâneas ao envio da segunda Lista de Janot ao STF, abrem margem para dúvidas. O problema, contudo, é que não existe momento ideal para a reforma. Sempre haverá forças a querer influenciá-la em defesa de seus interesses. O que importa, portanto, é saber de que reforma se trata, qual a sua natureza. Nesse caso, manter a proibição da influência do poder econômico nas eleições é fundamental.

*** DIRETOR DO NÚCLEO DE PESQUISA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**

Aldo Fornazieri

Não

Apesar de o País necessitar de uma reforma política há quase duas décadas, o atual Congresso não tem legitimidade para aprová-la. A sua omissão tem sido sistemática a ponto de obrigar o Judiciário a preencher as lacunas nessa matéria. Neste momento, vários deputados e senadores estão sob o crivo de suspeições, investigações e indiciamentos. Realizar a reforma agora seria, inevitavelmente, contaminá-la pelas injunções de interesses imorais de muitos deputados e senadores.

Há que se considerar que os próprios partidos e demais instituições carecem de legitimidade social. Congresso, partidos e a Presidência da República têm menos de 10% de aprovação popular. Para não deixar feridas sangrando e sequelas que demorarão anos para serem consertadas, o bom senso indica que somente instituições políticas relegitimadas pela soberania popular deveriam adotar decisões estratégicas que terão grande repercussão para o futuro do Brasil.

*** PROFESSOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP)**

DE LEVAR ÁGUA E FUTURO PARA MAIS BRASILEIROS

do São Francisco bucos e da Paraíba

no Chico a uma altura
aí: a água já chegou
o, na Paraíba. E, a partir
unidades abastecidas
os avanços da obra,

Projeto
São Francisco
Água, futuro e cidadania para mais brasileiros.

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL

